

Responsabilidade Fiscal e Improbidade Administrativa.....	1
<i>(Cláudio Smirne Diniz)</i>	
1. Apresentação do tema	1
2. A abordagem pretendida	3
3. Planejamento da atividade financeira	5
4. Transparência das contas públicas	8
5. O problema das obras inacabadas	12
6. Regramento para a realização da despesa pública	13
7. Restos a pagar	14
8. Limites de gastos com pessoal	16
9. Exação em matéria tributária	17
10. Conclusão	18
11. Referências	19
Efetividade e razoável duração do processo (administrativo) na perspectiva da atuação do Ministério Público	25
<i>(Terezinha de Jesus Souza Signorini)</i>	
1. Introdução	25
2. Breve incursão pelo direito comparado e internacional	26
3. Princípios e noções conexas à razoável duração do processo	29
4. Conteúdo do direito à razoável duração do processo (administrativo e judicial) e atuação do Ministério Público	32
5. Conclusão	36
6. Referências Bibliográficas	37

Repercussão Geral nas Ações de Improbidade Administrativa.....	41
<i>(Guilherme Freire de Barros Teixeira)</i>	
1. As constantes reformas do CPC.....	41
2. A repercussão geral como requisito de admissibilidade do recurso extraordinário.....	43
3. O procedimento da ação de improbidade administrativa.....	46
4. A repercussão geral na ação de improbidade administrativa.....	49
5. A repercussão geral e o princípio da instrumentalidade das formas.....	53
6. Bibliografia.....	56
Lei de Improbidade Administrativa e os Crimes de Responsabilidade.....	65
<i>(Carlos Alberto Hohmann Choinski)</i>	
1. Introdução.....	65
2. Noção de Agente Político.....	67
3. O regime jurídico-penal da Lei dos Crimes de Responsabilidade.....	69
4. A leitura da Lei de Improbidade Administrativa e seu sistema próprio de sanções.....	72
5. A visão da improbidade administrativa como de “caráter penal”.....	75
6. A visão da improbidade administrativa como de “caráter político-administrativo”.....	79
7. Conclusões.....	84
8. Referências Bibliográficas.....	85

O STF, O Controle Judicial dos Atos de Improbidade Administrativa Cometidos pelos Agentes Políticos e o Futuro do Combate à Corrupção no Brasil	89
<i>(Mateus Eduardo Siqueira Nunes Bertoncini)</i>	
1. Breve histórico da Reclamação 2138	89
2. O voto do Relator	90
3. A Lei 1.079/1950 e seu sistema de jurisdição política	91
4. A questão fundamental e os problemas decorrentes da eventual procedência da Reclamação 2138	93
4.1. A redução de atribuição constitucional do Ministério Público	93
4.2. A relativização do princípio constitucional da inafastabilidade da jurisdição	94
4.3. A limitação da obra do legislador	95
5. A Constituição de 1988 e a sua nova categoria de responsabilidade	96
6. A autonomia das instâncias de responsabilidade	98
7. A indevida quebra da isonomia	99
8. O equívoco quanto à natureza das sanções da Lei 8.429	100
9. Os cuidados com a linguagem	101
10. Responsabilidade por ato de improbidade administrativa e responsabilidade disciplinar	102
11. A repercussão da Reclamação 2138 em relação aos particulares beneficiários	103
12. O problema da eficácia da Lei 8.429 e os perigos da corrupção	104
13. O esperado desate da Reclamação 2138	105
14. Referências bibliográficas	106

Especificidades da Tutela Jurisdicional Civil a Direitos Difusos e Coletivos <i>Stricto Sensu</i>	113
<i>(Odoné Serrano Júnior)</i>	
1. Introdução	113
2. Direitos difusos	114
3. Direitos coletivos <i>stricto sensu</i>	115
4. Indivisibilidade e titularidade metaindividual dos direitos coletivos <i>lato sensu</i> como condicionantes da técnica processual.....	116
5. Legitimação ativa.....	117
6. Legitimação ativa <i>ad causam</i> : pertinência temática.....	119
7. Legitimação concorrente e disjuntiva.....	119
8. Definição do órgão jurisdicional competente.....	120
9. Regime jurídico especial de formação da coisa julgada material em demandas de tutela a direitos coletivos <i>lato sensu</i> em face da cognição exauriente <i>secundum eventum probationis</i>	124
10. Eficácia preclusiva da coisa julgada	128
11. A eficácia da decisão judicial de mérito: a nova redação dada ao artigo 16 da lei 7.347/85 pelo artigo 3º da medida provisória 1.570/97, convertida na lei 9.494/97, e a impossibilidade de fragmentação de direitos indivisíveis por natureza	130
11.1. A impossibilidade de restringir a coisa julgada aos limites da competência territorial do órgão prolator da decisão	130



11.2. A impossibilidade de restringir os efeitos da decisão judicial sobre direitos indivisíveis aos limites da competência territorial do órgão prolator	132
11.3. Conclusão a respeito da interpretação do artigo 16 da Lei 7.347/85 em sua nova redação.....	135
12. Identidade de demandas de tutela a direito coletivo <i>lato sensu</i> : litispendência e coisa julgada.....	136
13. Conexão e continência	139
Resposta em Agravo - Manejo em Ação de Improbidade Administrativa.....	156
<i>(Wilde Soares Pugliese)</i>	
1. Tempestividade das Contra-Razões	156
2. Fatos que determinaram a Ação do Ministério Público	160
3. Da Inexistência de Litispendência, Conexão ou Continência	164
4. Sujeição do IEL-PR à Lei n.º 8.429/92	168
5. Do <i>Fumus Boni iuris</i> e do <i>Periculum In Mora</i>	171
Contra-razões em apelação interposta contra sentença que condenou um agente político	183
<i>(Adriana Vanessa Rabelo)</i>	
1. Relatório.....	183
2. Da Manutenção da Sentença Proferida.....	184
3. Da Proporcionalidade das Sanções Aplicadas.....	190
4. Conclusão	195

Petição Inicial (Negociação irregular de títulos públicos).....	197
<i>(Cláudio Smirne Diniz e Luciana Linero)</i>	
1. Fundamentos Fáticos	198
2. Fundamentos Jurídicos.....	211
3. Antecipação da Tutela	215
4. Do Pedido.....	216
Promoção de Arquivamento - Hipótese de Inviabilidade Jurídica de Instauração de Inquérito Civil pelo Ministério Público, com base em denúncia anônima, desprovida de suporte documental.....	221
<i>(Maurício Cirino dos Santos)</i>	
1. Relatório	222
2. Fundamentação.....	222
3. Conclusão.....	228